

O EXÍLIO PORTUGUÊS NO BRASIL NAS DÉCADAS DE CINQUENTA E SESENTA

*Heloisa Paulo**

Resumo: Implantado em Portugal durante 48 anos, o regime ditatorial foi responsável por uma verdadeira diáspora dos seus opositores. Espalhados pela Europa, América e o norte da África, exilados e emigrados políticos portugueses possuem em território brasileiro uma base de apoio, responsável pela coordenação de grande parte da propaganda, das formas de atuação direta e da angariação internacional de apoios à luta contra a ditadura portuguesa. O objetivo do presente artigo é oferecer um painel da organização da oposição em território brasileiro, sobretudo entre 1950 e 1960, os vínculos que os diversos grupos ali instalados mantêm com outros núcleos oposicionistas, o envolvimento com a sociedade acolhedora e o reação das autoridades brasileiras frente às atividades mantidas por estes exilados e emigrantes políticos.

Palavras-chave: Ditadura portuguesa. Oposição. Brasil. Exílio. Imigrantes políticos.

The Portuguese exile in Brazil in the 50s and 60s

Abstract: Deployed in Portugal for 48 years, the dictatorial regime was responsible for a veritable Diaspora of their opponents. Across Europe, America and North Africa, exiles and expats politicians Portuguese have in Brazilian territory, a base of support, responsible for coordinating much of the propaganda, the forms of direct action and international fundraising support for fight against the Portuguese dictatorship. The purpose of this article is to provide one panel of organizations Portuguese in Brazilian territory, especially between 1950 and 1960, the ties that the various groups there installed maintain with other opposition groups, the involvement with the society and the reaction of Brazilian authorities against activities held by these political emigrants and exiles.

Keywords: Portuguese dictatorship. Opposition. Brazil. Exiles. Politic emigrants.

I PENSAR A OPOSIÇÃO: O BRASIL COMO “OLHO DO FURACÃO”, UMA PLATAFORMA PARA OS OPOSICIONISTAS DE TODO O MUNDO

Admito inteiramente o seu ponto de vista, quanto ao Brasil. Quem chegar primeiro deve pensar nos restantes.¹

No dia 28 de maio de 1926, um golpe militar implantou uma ditadura em Portugal. De imediato, surgiram protestos contra o novo regime em

* Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século 20-Universidade de Coimbra, doutora em História Contemporânea, com dois pós-doutoramentos na mesma área. CEIS20; e-mail: heloisapaulo25@gmail.com.

¹ Carta de Jaime Cortesão a Alberto Moura Pinto, datada de 1º de março de 1939. Arquivo Moura Pinto.

todos os meios democráticos e republicanos (MARQUES, 1973, 1975, 1976; FARINHA, 1998). No Brasil, um grupo de emigrados portugueses também fez publicar uma série de manifestos em jornais brasileiros, assinalando a postura de um sector da colónia lusa que não compartilha os ideais conservadores da grande parte do contingente de emigrantes radicados naquele país.

Republicanos portugueses confiam espírito justiça e humanidade Sociedade Nações negará meios existência ditadura Portugal revogou Constituição República mantém verdadeiro exército ocupação arruína tesouro. Pesadíssimos impostos violência inquisitoriais consecutivas deportações milhares republicanos climas insalubres África espalham miséria luto Portugal.²

Dessa forma, saudando a República e seus defensores, os republicanos emigrados abriam portas aos exilados da ditadura, iniciando uma tradição de abrigo que permanecerá durante quarenta e oito anos, malgrado o peso da repressão existente no próprio país de acolhimento, tantas vezes, ele também, governado por ditadores. A ajuda e o acolhimento proporcionado aos exilados e emigrados políticos levaram para o território brasileiro um número incontável de opositores à ditadura e ao salazarismo, dando origem ao maior ponto de concentração de opositores ao regime de Lisboa fora do território europeu. O grupo inicial de exilados era formado pelos opositores de primeira hora ao regime ditatorial, alguns deles participantes da primeira grande revolta armada contra a ditadura, ocorrida em fevereiro de 1927. Era o caso de João Sarmento Pimentel, que viria a coordenar grande parte da oposição radicada em São Paulo nos anos 50 e 60 (PAULO, 2006, 2009, 2010). No início da década de 40, chegou ao Rio de Janeiro um importante grupo de oposição republicana que atuara na Espanha e na França nos anos 30, tendo participado ativamente na Guerra Civil Espanhola, colaborando diretamente com o Estado Republicano. Era conhecido por “Budás”, encabeçado por Alberto Moura Pinto, antigo Ministro da Justiça, Jaime Cortesão, combatente na Iª Guerra, deputado e renomado historiador, e Jaime de Morais, ex-governador de Angola e da Índia Portuguesa. A alcunha de “Budás” foi-lhes dada por um espião salazarista infiltrado no meio oposicionista exilado, dada a alegada “falta de ação” do grupo (PAULO, 2007, 2009). No entanto, bem ao contrário do epíteto, esses opositores coordenaram grande parte da ação dos exilados em território brasileiro durante toda a segunda metade dos anos 30 e início da década de 50 (PAULO, 2007).

Durante todos esses anos, estigmatizados pela colónia portuguesa salazarista, os emigrados e exilados políticos mantiveram uma relação pró-

² Telegrama assinado por Ferreira Granada representando a Liga Republicanos Portugueses, setembro de 1928. Arquivo Sarmento Pimentel. Mirandela.

xima com intelectuais e políticos brasileiros. Alguns periódicos, como o *Diário Carioca*, nos anos 40, chegaram a ter entre seus cronistas nomes como o de Jaime de Moraes (PAULO, 2008). Nos anos seguintes, os meios jornalísticos mantiveram a tradição de ter entre seus colaboradores opositores portugueses. Foi o caso do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, onde escreveu um antigo opositor, Francisco Cachapuz, sob o pseudônimo de Paulo de Castro ou, ainda, de *O Estado de São Paulo*, no qual Miguel Urbano Rodrigues, elemento ligado ao PCP, trabalhou a partir de 1957.

As relações desses grupos de exilados eram marcadas pelas afinidades políticas e ideológicas e tiveram, como ponto central, a propaganda contra o regime ditatorial português. Esse vínculo transparecia com força nas relações estabelecidas entre o meio político e os opositores. Políticos, como Hermes de Lima, ideologicamente próximo do socialismo defendido pelos republicanos, frequentavam as manifestações promovidas por ocasião do 5 de outubro, a partir de 1942 (PAULO, 2009, 2010). O PCB, durante o seu tempo de legalidade, apoiou diversas manifestações promovidas por membros do PCP no Brasil.

As décadas de 50 e 60 assinalaram uma nova etapa no movimento oposicionista dos emigrados e exilados políticos no Brasil. A chegada de novos exilados fez crescer o número de combatentes antissalazaristas no Brasil. Provenientes de tentativas revolucionárias falhadas, como a Revolta da Mealhada, em 1946, esses “novos opositores” tentaram buscar ajuda para o combate direto contra a ditadura em Portugal. Os contactos com os grupos oposicionistas da Europa, América e do Norte de África foram acentuados. Núcleos de emigração portuguesa, na França, nos Estados Unidos e na Venezuela, foram igualmente pontos de concentração de oposicionistas exilados. Alguns deles, como o radicado em território francês, já possuíam uma tradição como reduto de exílio antissalazarista; outros, como os da Venezuela, resultado do aumento do fluxo emigratório, acabaram por abrigar novos núcleos. Da mesma forma, países saídos dos processos de descolonização, como a Argélia, oferecem apoio aos opositores no combate ao regime de Salazar. Novas e antigas redes são acionadas em prol do retorno da democracia em Portugal, tendo, no Brasil, nomeadamente no Rio de Janeiro e São Paulo, dois grandes centros de ação e decisão.

2 ANTIGOS E NOVOS OPOSITORES: DA PROPAGANDA À AÇÃO

A resistência dos republicanos à ditadura militar e ao Estado Novo irá enfermar, no essencial, das mesmas ambiguidades, contradições e inconsistências que marcaram a sua atuação até 1926. Nem mesmo o facto de enfrentarem uma situação política que frontalmente denegava princípios essenciais em que assentara a Primeira República levou a que o seu ideário de resistência tivesse solidez e se inserisse numa visão estratégica de mudança. [...]

Ao mesmo tempo, porém, não deixa de surpreender como, apesar de tantas hesitações e sinuosidades, usando armas e táticas tão diferentes e contraditórias,

a resistência dos republicanos à ditadura militar e ao Estado Novo tenha sido uma linha permanente, uma chama de vida que esteve sempre acesa. (TENGARRINHA, J, 2002, p. 142).

Em 1940, a chegada dos “Budás” no Brasil assinalou uma nova etapa no combate ao salazarismo no Brasil.³ Não representavam simplesmente um ideal, mas eram símbolos vivos de combate contra a ditadura, envolvidos diretamente na luta armada. As ações que promoveram na década de 40, ainda quando o Brasil estava sob o domínio da ditadura de Vargas, tais como as comemorações do 5 de outubro ou o envio de telegramas de solidariedade aos representantes dos aliados, marcavam uma atuação mais dinâmica, frente à uma colônia conservadora e ao regime brasileiro, que tolerava tais manifestações, desde que não envolvessem brasileiros. Em abril de 1945, no Rio de Janeiro, deu-se a criação do Comitê Português Anti-Fascista, do qual participavam inúmeros nomes de oposicionistas, englobando elementos de diferentes matizes políticos. Entre eles, republicanos, como Sarmento Pimentel, monárquicos, como o escritor Tomás Ribeiro Colaço, anarquistas, como o também escritor Roberto das Neves ou comunistas, como o matemático Aniceto Monteiro. Os diversos grupos de opositores passam a ter relações “cordiais”, apesar da existência de críticas veladas entre as várias partes (PAULO, 2009).

Entretanto, em meados dos anos 50, a morte de alguns dos antigos republicanos da colônia, como José Augusto Prestes, que coordenara o acolhimento dos “Budás” no Brasil, e o retorno a Portugal de Moura Pinto e Cortesão, marcaram o fim da importância do republicanismo como elemento mais atuante na oposição exilada no Brasil. Alguns dos seus representantes, como Sarmento Pimentel, Jaime de Morais e outras figuras ligadas ao grupo, assumiram papéis de importância no movimento de oposicionistas portugueses exilados. Foi o caso de Francisco de Oliveira Pio, que ligou seu nome ao Movimento Nacional Independente, reunido em torno do General Humberto Delgado (PAULO, 2010).

Por outro lado, tal como aconteceu em Portugal, a ascensão do Partido Comunista também levou ao aparecimento de novos nomes no exílio, em especial, entre os intelectuais emigrados para a cidade de São Paulo. Os comunistas portugueses aproveitaram a legalização do Partido Comunista do Brasil, entre 1945 e janeiro de 1948, para marcar sua presença no movimento oposicionista, contando também com o apoio dos comunistas brasileiros. Tal aproximação favoreceu o patrocínio de iniciativas singulares, gerando momento de confraternização entre os defensores do comunismo em ambos os países, como na inauguração da “Exposição da Imprensa Clandestina Portuguesa”, realizada na Associação Brasileira de Imprensa, em

³ Esse grupo era formado sob a chefia de Jaime de Morais, Jaime Cortesão e Alberto Moura Pinto e formavam o mais importante núcleo oposicionista radicado na Espanha nos anos 30.

25 de janeiro de 1947, com a presença do líder comunista brasileiro Luís Carlos Prestes, figura carismática da oposição em toda a América Latina (PAULO, 2009).

Assim sendo, nas décadas seguintes, para além do núcleo inicial, reunido em torno dos republicanos, podiam-se encontrar outros grupos de opositores. Sua forma de atuação não diferia muito daquela até então levada a cabo. As manifestações públicas, muitas delas centradas nos símbolos do republicanismo, como o 5 de outubro, os manifestos enviados à ONU e a colaboração de políticos e intelectuais brasileiros também marcaram a atuação dos novos setores oposicionistas. Como “novidade”, o contacto com as associações operárias, quando estas começaram a ganhar força na década de 50. Foram inúmeras as manifestações contra o regime de Salazar que, entre 1960-64, envolveram sindicatos e opositores portugueses. Foi o caso da recepção organizada pelos comunistas portugueses para o anti-franquista Marco Ana, em 1963, na qual o Sindicato de Estivadores do Porto de Santos, de São Paulo, fez uma presença marcante.⁴

Apesar dessa movimentação, as atividades dos oposicionistas portugueses não chegaram a causar grande impacto na sociedade brasileira, apesar dos apoios constantes demonstrados por jornalistas e intelectuais. No entanto, algumas das manifestações levadas a cabo pelos antissalazaristas provocaram impacto na sociedade brasileira. Como exemplo, as reações de jornalistas brasileiros e oposicionistas contrárias à visita do então Presidente de Portugal ao Brasil, o Almirante Craveiro Lopes, em junho de 1957. As acusações de que a presença do Chefe de Estado seria uma manobra diplomática engendrada por Salazar surgiram nos mais diversos jornais brasileiros simpatizantes da oposição exilada, mas a notícia que causou maior furor foi a nota nos jornais da prisão de dois elementos do PCP, em maio. Presos pela Polícia Política e Social, no Rio de Janeiro, os dois portugueses suspeitos foram acusados de tramar um atentado contra Craveiro Lopes. Um deles, Manuel Lourenço Neto, ex-oficial da Marinha, elemento ligado ao PCP, já havia sido julgado pelo Tribunal Militar da Marinha e condenado à prisão pela realização de uma campanha comunista no interior das Forças Armadas.⁵ No entanto, a ideia de uma conspiração dos exilados contra a vida de Craveiro Lopes não foi confirmada pelas autoridades brasileiras. Os acusados declararam à polícia brasileira que apenas pretendiam difundir um manifesto “pedindo amnistia para os presos políticos e liberdade para o próximo pleito eleitoral”.⁶ Após a acareação, foram postos em liberdade ante a

⁴ Depoimento de Manuel Lourenço Neto em 21.06.2004. Niterói. Brasil (ANA, 2007).

⁵ Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros a António de Faria, datado de 29 de Maio de 1957, com informações fornecidas pela PIDE a respeito dos portugueses detidos no Rio de Janeiro. M. N. E., 2.º piso, PEA, Maço 192.

⁶ Declarações de José da Costa Bastos à polícia carioca. Ofício de António de Faria ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, datado de 4 de Maio de 1957, p. 2. M. N. E., 2.º piso, PEA, Maço 192.

interposição de um *habeas corpus*. Apesar disso, as autoridades policiais brasileiras, coniventes com o clima de aproximação ao regime de Salazar que marcou o governo de JK, procuraram assegurar ao representante diplomático português que se “miliantes” tentassem se aproximar do Presidente de Portugal “seriam fuzilados na via pública”.⁷

Na verdade, a coordenação de ações diretas contra o regime com base no território brasileiro estava completamente fora dos planos da maioria dos exilados portugueses. No entanto, o novo contingente de emigrados modificou essa norma de conduta e um facto especial assinalou essa mudança. No dia 22 de janeiro de 1961, um grupo de portugueses e espanhóis, representantes do DRIL, Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação, sequestrou um paquete português em Curaçau. O comando político da operação foi entregue a Henrique Galvão, antigo colaborador do regime salazarista exilado na Venezuela. Após chamar a atenção dos meios de comunicação, o sequestro foi reconhecido internacionalmente como um “ato político” e não como uma ação de pirataria, como pretendia Salazar. No dia 4 de fevereiro, o Santa Maria chegou ao porto de Recife com um salvo-conduto do próprio presidente Jânio Quadros. Nos jornais, foi dado destaque aos dois exilados envolvidos, Humberto Delgado e Henrique Galvão. A chamada para a ação direta estava feita e alguns dos opositores no exílio passaram a repensar suas formas de atuação.

O “assalto ao Santa Maria”, como ficou conhecido, apresenta antecedentes que remontam a 1958, ano do último pleito eleitoral direto para a presidência realizado durante o regime ditatorial português. Nesse período, surgia para a oposição uma nova possibilidade de união na figura de um antigo “inimigo”, Humberto Delgado. A candidatura independente do “General Sem Medo” acabou por congregiar sectores até então conflitantes no que tange à linha política de atuação contra o salazarismo. Não só os antigos republicanos, mas toda uma vasta gama de opositores, incluindo monárquicos, delegaram suas esperanças no militar que, com a energia que aprendera no próprio regime, desafiou Salazar e ameaçou demiti-lo (DELGADO; FIGUEIREDO, 1991). A derrota eleitoral foi seguida pelo refúgio do ex-candidato na Embaixada do Brasil em Lisboa, o que causou uma imensa polémica diplomática e agitou os meios de comunicação no Brasil. A oposição ali radicada reclamou ajuda às autoridades brasileiras para que o General conseguisse o visto definitivo que lhe facultasse a vinda para o país. A campanha ganhou o apoio de intelectuais, políticos e jornalistas brasileiros que apoiaram o embaixador Álvaro Lins em sua decisão de não entregar o general às autoridades portuguesas. “Chega de Salazar” foi o título de uma

⁷ Declarações do inspetor Soares da polícia carioca ao Embaixador de Portugal. Ofício de António de Faria ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, datado de 4 de Maio de 1957, p. 2. M. N. E. , 2.º piso, PEA, Maço 192.

crônica de Rubem Braga, no *Diário de Notícias*, um de muitos outros que apareceram favoráveis à vinda de Delgado para o Brasil. Apoiada pela sociedade receptora, a oposição estava unida, buscando no “seu” candidato presidencial o líder carismático capaz de aglutinar os mais diversos matizes políticos. Mas, a trajetória posterior do “líder” ficou bastante aquém do esperado e sua atuação no Brasil só fez agudizar as dissidências do movimento oposicionista como um todo e colocar questionamentos em torno de sua própria liderança.

O General Humberto Delgado chegou ao Rio de Janeiro no simbólico dia do aniversário da implantação do regime republicano em Portugal, 5 de outubro de 1959, sendo recebido pelos membros da Associação Humberto Delgado, recém-fundada naquela cidade (CARVALHAL, 1986). Essa agremiação reunia alguns exilados e emigrados políticos com um longo historial de combate, como o anarquista Roberto das Neves, o monárquico Thomaz Ribeiro Colaço ou o antigo observador do Partido Comunista na Guerra Civil espanhola, Francisco Cachapuz, contando ainda com a simpatia e apoio de velhos republicanos, como Sarmento Pimentel e Ernesto Carneiro Franco (PAULO, 2001). Porém, na sua maioria, a associação era composta por emigrantes que, ideologicamente, não podiam ser identificados com nenhuma corrente política específica. Na verdade, a Associação General Humberto Delgado era fruto da “aura” construída em torno de Delgado, que, nesse momento, despontava como um personagem ímpar para os emigrados políticos, sendo visto, por alguns, como a única possibilidade de se fazer frente à influência de Salazar, tão presente entre a colônia portuguesa no Brasil.

No entanto, as cisões e dissidências começavam a tomar forma logo após a chegada de Delgado, dado o seu passado de militante e defensor do regime. O questionamento dos antigos combatentes, como Carneiro Franco, suspenso momentaneamente em nome do ideal de unidade, logo voltou a ganhar força. É que, passada a euforia com a chegada do General, seu relacionamento com opositores de longa data começou a se deteriorar com muita rapidez. No interior da “sua” própria associação, as queixas de Delgado quanto à “falta de coerência da oposição” e às “relações estreitas com as massas”⁸ (DELGADO; FIGUEIREDO, 1991, p.166) são contrapostas às acusações de seus antigos apoiantes que falam do autoritarismo e do despotismo do general (CARVALHAL, 1986, p. 16). Na raiz de algumas dessas cisões, para além do cunho militarista imposto por Delgado, estava sua decisão de “fazer a revolução” a partir do exílio. Para tal, o ex-candidato solicitou apoios e verbas aos opositores, propondo planos de atuação armada contra o regime que, no entanto, e apesar dos financiamentos obtidos,

⁸ “Carta enviada ao General Humberto Delgado por Paulo de Castro e outros membros da Associação Humberto Delgado. in: CARVALHAL, Luís Abreu de Almeida. op. cit., p. 93.

eram olhados com desconfiança pelos antigos combatentes. Francisco Cachapuz, que estivera em Espanha durante a Guerra Civil, afirmou que “o centro da Resistência está em Portugal e não no Brasil” e que “cabe ao centro e não à periferia conduzir a luta direta”. A ideia central era a da ineficácia de uma ação posta em prática em Portugal, mas coordenada à distância, “fora das condições concretas” da realidade portuguesa.⁹

No entanto, as ações e manifestações contra o regime de Salazar não cessaram e não se esgotaram na figura do General Humberto Delgado. A Embaixada do Brasil em Lisboa era procurada constantemente por opositores ao regime, chegando a ter em suas dependências, em 1963, cerca de trinta exilados. A reação dos antissalazaristas à aproximação do governo de JK ao salazarismo se expressou no Brasil e em Portugal. Um panfleto, datado de Lisboa, de março de 1960, diante da possibilidade do Presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek, realizar uma visita oficial a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, alertou JK para o fato de o governo de Lisboa “não ter a legitimidade para representar um povo” e que pretendia aproveitar sua visita para “se legitimar e se lavar do mais absoluto descrédito em que caiu perante os portugueses e o resto do mundo”.¹⁰ Esse pequeno panfleto foi distribuído também no Brasil juntamente com outros que, até 1964, apelavam aos “brasileiros livres” e aos “portugueses que amam a liberdade” uma reação contra a ditadura portuguesa.¹¹

Delgado promove a criação de uma nova associação, o MNI, *Movimento Nacional Independente*, destinado à promoção da ação direta contra o regime e ao estabelecimento de articulações e contactos com a oposição em Portugal.¹² O novo órgão, malgrado o apoio de Francisco de Oliveira Pio e outros nomes conhecidos nos meios oposicionistas, não consegue alcançar a aprovação geral. A própria conduta do General, nem sempre linear e cordata, gera, em torno do MNI, constantes dúvidas por parte dos oposicionistas, nomeadamente o PCP a quem Delgado acusa de tentativa de suborno, já que, em troca de colaboração, o partido lhe teria oferecido “um chateau e vida larga”.¹³ Mas, é dos combatentes mais antigos que partem as maiores desconfianças:

⁹ Carta Aberta ao Presidente Kubitschek de Oliveira, datada de 30 abr. 1960. Arquivo Sarmento Pimentel. Mirandela.

¹⁰ Panfleto intitulado “A ti brasileiro que és livre. A ti Português que ama a liberdade”, s. d. Arquivo do MNI. MRR. Lisboa.

¹¹ A versão de Humberto Delgado está presente em Delgado e Figueiredo (1991, p. 166).

¹² Carta datada de São Paulo, de 14 de junho de 1960, rascunho, Arquivo do Movimento Nacional Independente, Biblioteca Museu da Resistência, Lisboa.

¹³ Carta de Ernesto Carneiro Franco a Sarmento Pimentel, datada de 28 de dezembro de 1959, Rio de Janeiro. Arquivo Sarmento Pimentel, Biblioteca de Mirandela.

Se, conforme informações chegadas, o tal MNI de que ele se diz chefe não corresponde a qualquer organização séria e, pelo contrário, a oposição à ditadura, englobando todas as opiniões, caminha unida e alheia aquele, só nos resta, aos que aqui no Brasil sempre aguentamos a fogo sagrado, levar por diante uma organização que permita reconquistar o terreno perdido perante a opinião brasileira depois que o homem aqui chegou. Contudo, se ele voltar ao bom caminho, nada impedirá a sua colaboração, se a desejar.¹⁴

A chegada de Henrique Galvão e de seu grupo, malgrado o impacto mediático desfavorável para o governo de Salazar, acirrou as dissidências, sobretudo pela disputa da direção do movimento oposicionista, entre as “duas vedetes internacionais mais faladas da oposição”.¹⁵ Aliados numa primeira hora, sobretudo na ação do pacote Santa Maria, o clima de divergências instalou-se logo a seguir.

Na verdade, a aproximação do recém-chegado aos que anteriormente já se haviam incompatibilizado com o General, foi o primeiro passo para a discórdia. O estopim da ruptura foi a presença do nome de Galvão e de alguns dos seus seguidores, entre eles o seu “lugar-tenente”, Camilo Mortágua, num manifesto dirigido ao Presidente de Portugal, Américo Thomás, datado de Setembro de 1961, exigindo o cumprimento das normas democráticas. Escrito em nome da Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres, grupo formado por Galvão, o manifesto conta com as assinaturas de opositores de longa data, já incompatibilizados com o General, como Sarmento Pimentel.¹⁶ O General viu, no manifesto, uma prova de traição, já que considerava “uma afronta pessoal que se escrevesse a Américo Thomás como Chefe de Estado, quando não passava dum usurpador” (ROSA, 2008, p. 894).

Apesar disto, foram ainda pensadas algumas ações de luta contra o regime. Foi o caso do sequestro do avião da TAP, em 10 de novembro de 1961. Denominada por Galvão de “Operação Vagô”, sua estruturação já revelava a situação de ruptura entre os dois pressupostos “líderes” da oposição exilada. Para Delgado, a operação era uma encenação que não envolvia nenhuma ação armada necessária para o fim do regime (ROSA, 2008, p. 904 e seguintes). A concretização do plano acabou por ser levada a cabo por representantes de ambos os lados, que não esperaram o acordo dos seus “líderes” e utilizaram o capital disponibilizado por oposicionistas radicados no Brasil.¹⁷ No sequestro do avião participaram Camilo Mortágua,

¹⁴ Circular n.º 271/59, datada de 30 de julho de 1959, que trata de artigo publicado no Diário de Notícias do Rio de Janeiro e que suscitou a reação dos antigos republicanos pelas afirmações feitas por Delgado com relação ao republicanismo em Portugal.

¹⁵ Um exemplar do mesmo está no Arquivo de Sarmento Pimentel, BSP, Mirandela.

¹⁶ Ver Relatório de Contas do Movimento Nacional Independente, datado de 8 de fevereiro de 1962. MRR, Lisboa.

¹⁷ Depoimento de Amândio Silva, Camilo Mortágua e Fernando Vasconcelos durante a realização do evento promovido pelo CEIS20, “1961: o ano de todas as crises”, 3 e 4 de março de 1961.

lugar-tenente de Galvão, participante do Assalto ao Santa Maria, Hermínio da Palma Inácio, aviador, um dos envolvidos na chamada Revolta da Mealhada, de 1947, Amândio Silva, elemento ligado ao grupo de Manuel Serra, integrante da tentativa revolucionária conhecida como “Golpe da Sé”, em 1959, representando o grupo de Delgado, e mais três elementos: um casal de refugiados, Fernando Vasconcelos e Maria Helena Vidal e João Martins, enviado pelo grupo de opositores fixados em Paris, previamente contactados pelo núcleo radicado no Brasil. O grupo sequestrou um avião português em Casablanca e sobrevoou Lisboa, atirando panfletos contra o regime de Salazar. No retorno a Marrocos, foram detidos pelas autoridades marroquinas ainda no Aeroporto de Tânger. Após alguns dias, foram enviados para o Brasil, chegando ao Rio de Janeiro em 20 de novembro, sem passaportes nem autorização de permanência. Os jornais foram avisados da presença do grupo por Samuel Wainer, que viajava no mesmo voo.¹⁸ Como no caso do Santa Maria, os opositores portugueses ganharam novamente as manchetes dos periódicos brasileiros. Alguns dos títulos sensacionalistas mostram uma imagem “heroica” dos “sequestradores”. É o caso do jornal *Última Hora*, opositor do Governador Carlos Lacerda que ordenou o não desembarque do grupo. Em 22 de novembro, na sua primeira página, lia-se o título de “Pelotão ‘Pátria ou Morte’ enfrenta a Polícia no Galeão”, acompanhado da imagem de Camilo Mortágua a resistir à tentativa de reembarque no avião que o trouxera para o Rio, juntamente com a notícia da denúncia de Lacerda como “Traidor dos Servidores da Guanabara”. Apesar do aproveitamento político local, o noticiário conseguiu chamar a atenção da sociedade brasileira para a situação dos exilados. Por fim, graças à intervenção do Embaixador Álvaro Lins, o grupo acabou por ver autorizada sua entrada no Brasil. Entre os que permaneceram em território brasileiro, dois deles, Galvão e Amândio Silva, continuaram o combate contra o salazarismo. Três outros, Palma Inácio, Camilo Mortágua e João Martins, depois de algum tempo no Brasil, partiram para a Europa com o intuito de dar continuidade às ações diretas contra o regime.

Nesse mesmo ano, um outro episódio ocorrido em Portugal contou também com a participação financeira dos exilados e emigrados políticos em território brasileiro. A “Revolta de Beja”, parte integrante do plano de revolta que Delgado designou “Operação Ícaro”, em 31 de dezembro de 1961. O movimento envolveu oficiais do Exército português, entre os quais Varela Gomes, que chefiou a tentativa de tomada do Quartel de Beja, sendo ferido na ocasião. Humberto Delgado só entrou em cena após a captura do alvo militar. Fracassado o movimento, o General escapou de Portugal, onde entrara clandestinamente. A história da sua fuga assumiu contornos sensacionalistas nos jornais brasileiros, onde apareceram fotos de Delgado exi-

¹⁸ Ver: Delgado: Como enganei a polícia de Salazar”, Manchete, 3 de fevereiro de 1962, p.18 e seguintes.

bindo a maquilhagem utilizada para iludir a Polícia Internacional de Defesa do Estado do regime salazarista.¹⁹

Em meio às tentativas frustradas de revolta, as dissidências entre os opositores continuaram a marcar o quotidiano do exílio no Brasil. Os confrontos ganharam espaço na imprensa brasileira, onde o General era uma das personagens mais visadas pelos jornalistas. Na verdade, o relato das brigas que ele provocou só contribuíram para aumentar as dissidências bem como acirrar os ânimos da colônia salazarista e dos elementos conservadores da sociedade brasileira contra os opositoristas portugueses. Foi o caso do episódio de uma disputa entre os membros da AHD e do MNI pelo uso de uma sala onde seria realizada uma reunião, cuja questão principal foi o debate em torno da descolonização, um dos temas-chave da ruptura entre os dois grupos:

A reunião havia sido convocada pelo presidente da Associação Sr. Luís Carvalho [...] Logo de início, um dos associados pedia à mesa que esclarecesse se os fotógrafos podiam ter liberdade de ação. O Sr. Carvalho respondeu que podiam. O General Delgado, então, aparteou-o, dizendo que só a ele cabia responder, porque o local da reunião havia sido cedido ao Movimento Nacional Independente e não à Associação.

Os dois discutiram. O General investiu contra o Sr. Carvalho. Este reagiu. Formou-se então o conflito, sendo envolvida na troca de socos e pontapés até a secretária do General, Sra. Arajari Campos [...] Para suspender a briga, alguém pôs na vitrola o disco do Hino Nacional Brasileiro. A trégua teve a duração do disco: foi ele acabar e recomeçarem os socos e pontapés.²⁰

A segregação de Delgado do movimento opositorista, sua aproximação ao PCP,²¹ sua aceitação das soluções independentistas para o ultramar são fatores para a rutura definitiva com Galvão e muitos dos antigos apoiantes. Na verdade, a postura pública do General, reveladora de um carácter pouco flexível, constituía um dos problemas da oposição naquele período. O seu afastamento da oposição no Brasil levou-o a uma aproximação aos elementos opositoristas em Argel, onde também ocasionou polémicas e pôs em causa sua figura como “chefe da Oposição”. As relações sustentadas pelo velho republicano Sarmento Pimentel, sempre advogado de uma união com os demais sectores da oposição,²² permitiam a

¹⁹ Recorte do jornal O Globo, datado de 12 de agosto de 1963, Arquivo do MNI. Museu da República e da Resistência.

²⁰ Ver, entre outros, documento datado de Praga, maio de 1963, classificado como Reservado, destinado a Oliveira Pio, no qual são apresentadas as bases de acordo entre Delgado e o Partido. Arquivo do MNI. MRR

²¹ É preciso lembrar que o próprio Grémio Republicano Português e o jornal Portugal Democrático, ambos em São Paulo, contavam com o apoio formal do antigo militar combatente em 1927.

²² Carta de Fernando Piteira Santos a Sarmento Pimentel, datada de Alger, 26 de novembro de 1964. Arquivo Sarmento Pimentel. BSP, Mirandela.

manutenção do contacto com os exilados na Argélia, fundadores da Frente Patriótica de Libertação Nacional, de influência comunista. No entanto, na avaliação de Piteira Santos, um dos membros fundadores da FPLN, Delgado estava longe de ser o líder oposicionista esperado por todos:

... Do “fenómeno Delgado”, tenho, como sabe, uma experiência recente, direta e triste. [...] Aceitamo-lo, com os seus conhecidos defeitos, pensando ingenuamente que seria possível integrá-lo numa direção colegial. Mas o próprio título de “Presidente” prestava-se a perigosos equívocos dado que das funções presidenciais tinha o General Delgado uma conceção muito pessoal. Chegado a Alger, recebido com demonstrações de alta consideração pelo Presidente Ahmed Ben Bella, tendo encontrado criadas facilidades inúmeras, atribuiu à admiração que todo o mundo lhe vota, o que era fruto do trabalho modesto das pessoas modestas que na Argélia o tinham precedido [...]

Resultado: como os membros da JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA não cederam às imposições, provocações, ameaças e excomunhões, e se pautaram pela determinação, serena mas firme, de defender o princípio de uma direção coletiva, o General Delgado viu-se obrigado a medir a distância entre o Capitólio dos seus delírios presidencialistas e a rocha Tarpeia da realidade política portuguesa e argelina.”²³

Por outro lado, no Brasil, Galvão, que não admitia a independência das antigas colónias portuguesas, acabou por ser segregado pelos restantes oposicionistas radicados no Brasil. Os oposicionistas retomaram o ritmo da propaganda anteriormente realizada por meio de periódicos, como o *Portugal Democrático*, a *Oposição Portuguesa*, a *Semana Portuguesa* e outros de duração mais efémera (SILVA, D. M., 2006). Além disto, continuaram a realizar reuniões abertas ao público e a publicitar manifestos na Imprensa.

O Golpe Militar de 1964 veio colocar limites às manifestações da oposição antissalazarista exilada. Apenas em alguns momentos, esta retomou as manifestações públicas mais efusivas. Tal ocorreu aquando do assassinato do “General Sem Medo” e de sua companheira brasileira, Arajaryr Campos, em 1965. Transformado em “herói”, seu nome apareceu como bandeira para as reivindicações dos opositores ao salazarismo, utilizado como apelo à atenção internacional para o cunho da repressão fascista em Portugal. Apesar de não ser a primeira vítima do regime, assim como também não foi o primeiro opositor a combatê-lo pelas armas, as condições da sua morte e a conjuntura do próprio período abriram espaço para a oposição voltar a falar, de forma uníssona contra o governo de Lisboa. Após o facto, a oposição radicada no Brasil retomou sua discreta propaganda, adaptando-se ao “quase silêncio” imposto pela ditadura brasileira.

²³ “Relatório de Fevereiro”, 2.^a quinzena, assina Pedro da Silveira, 1963, M.N.E. Armário de Ferro. 1963, Confidencial.

3. 1964: A NECESSIDADE DE “FALAR BAIXO”: REPRESSÃO E CONVIVÊNCIA COM A DITADURA MILITAR

Conforme havia mencionado, a passagem do ano foi comemorada pelos opositores ligados ao Delgado, de uma maneira bastante ridícula, com concurso de tiro ao alvo, para o qual foi escolhida a esfinge do Presidente do Conselho.²⁴

O espírito de “policiamento” das autoridades brasileiras com os exilados estrangeiros sempre existiu, variando conforme o carácter político dos regimes em vigor. Nos anos 30, com a criação de uma Delegacia de Ordem Política e Social, o controlo da entrada de estrangeiros e seu registo no Brasil passava por este organismo por meio de uma de suas delegacias especializadas, a Delegacia de Fiscalização de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros. Era esta Delegacia que controlava a emissão de vistos e dos documentos de permanência, a carteira Modelo 19, que permitia a fixação em áreas urbanas, e o Modelo 20, destinado aos imigrantes para zonas rurais. Para além da manutenção de ligação permanente com a Interpol, era encarregada de prender e vigiar os estrangeiros suspeitos e clandestinos. Nesse campo, o Serviço Secreto da Delegacia atuava em contacto com as representações consulares estrangeiras, no caso, a Embaixada de Portugal ou os consulados espalhados pelo território brasileiro.²⁵

Sobretudo no início da década de 60, o esquema de vigilância dos exilados envolvia a infiltração, em suas associações e eventos, de agentes policiais à paisana, responsáveis pelo relato pormenorizado das atividades, sejam comícios públicos ou reuniões mais fechadas, como ocorria no Grémio Republicano de São Paulo que, em diversas ocasiões, teve suas assembleias referidas em ofícios dos agentes do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo. As descrições desses atos descem ao detalhe e realçam o nome dos oradores, o número de presentes e o conteúdo dos discursos. Neste último caso, o texto do informante ganha uma peculiaridade bastante interessante, já que a reprodução, que buscava ser literal, em alguns casos, acabava por confundir o discurso do relator com o do relato. Expressões como “fascismo em Portugal”, ou ainda, “o ditador Salazar” estão presentes sem motivar nenhuma espécie de “censura” por parte do “infiltrado”.²⁶

A grande questão, que parece estar subjacente a todos os informes, é o perigo da ingerência dos exilados nos assuntos brasileiros. É o que vemos em ofícios nos quais os exilados são apresentados como um perigo potencial, já

²⁴ Em 1957, só para o Estado de São Paulo são expedidas mais de 520 mil carteiras modelo 19 e mais de 400 mil certidões modelo 20, além da abertura de 302 processos contra estrangeiros. Ver, CORREA, 2008.

²⁵ Ver Relatórios constantes no Arquivo do DEOPS, São Paulo.

²⁶ Ofício enviado por Italo Ferrigno, delegado Titular de Ordem Política do DEOPS, ao Delegado Especial de Ordem Política, datado de São Paulo, 12 de fevereiro de 1962, Arquivo do DEOPS de São Paulo, Brasil.

que “vivem das convulsões sociais” e “transformam nosso Território ‘em arena’ das suas disputas políticas que, em absoluto, nos dizem respeito”. Sendo assim, o signatário solicita do superior que transmita instruções oficiais para que os citados “ sejam reconduzidos à sua condição de simples asilados e, advertidos quando necessário, de que o procedimento dos mesmos em transgredir as normas do instituto de asilo, por motivos políticos, poderá acarretar a cassação dos benefícios que lhes foram outorgados”.²⁷ Na verdade, segundo depoimento de Alexandre Pereira, um dos responsáveis pelo jornal *Portugal Democrático*, a polícia brasileira mantinha certa “distância” dos exilados, desde que estes não interferissem na política local.²⁸

No entanto, em 1964 e nos anos seguintes ao Golpe Militar no Brasil, os “agentes da ordem” tornaram-se mais incisivos, sobretudo quando a narrativa envolvia personalidades brasileiras, como é o caso de uma entrevista dada pelo deputado paulista Gastone Rigni Cuogni ao jornal *Semana Portuguesa*, em julho de 1967. Ao responder a um Inquérito do jornal sobre as relações luso-brasileiras, apesar de nunca atacar nenhum dos governos, o deputado foi descrito no Ofício do DEOPS como sendo um “criptocomunista” ao fazer declarações para um periódico também ele classificado de “comunista”.²⁹

Para além das informações passadas pela polícia brasileira às representações diplomáticas, outro sistema “reforçava” a vigilância das autoridades portuguesas sobre os seus opositores exilados: os “bufos ‘exilados’”. Na verdade, existia uma grande polémica a respeito da existência ou não de agentes pagos pela PIDE no Brasil. Mas, é a própria documentação oriunda do Ministério dos Negócios Estrangeiros que reafirma a existência dos “enviados especiais” do aparelho de repressão do regime de Salazar. A grande quantidade de relatórios enviados pelos agentes aos consulados, relatando reuniões, informando acerca das moradas e do dia-a-dia de exilados revela o grau de controlo mantido pelas autoridades consulares portuguesas (PAULO, 2010).

Apesar de usarem sempre nomes falsos para assinarem os relatórios enviados, esses “agentes” são passíveis de identificação, uma vez cruzadas as informações dadas com o relato de alguns dos “delatados” nos seus ofícios. É o caso de Duarte de Vilhena Coutinho Feio Ferréri de Gusmão, ou simplesmente Duarte Gusmão, que chegou ao Brasil em 2 de julho de 1960, depois de haver solicitado asilo na Embaixada Brasileira em Lisboa. Gusmão, como era mais conhecido pelos outros exilados, morava num hotel e tinha

²⁷ Depoimento de Alexandre Pereira, 20 de julho de 2004, São Paulo, Brasil.

²⁸ Ver Processo datado de 17 de julho de 1969, 50-Z-9, Arquivo do DEOPS de São Paulo, Brasil.

²⁹ Depoimento de Camilo Mortágua. Alvito, Agosto de 2009.

sempre dinheiro disponível para as empreitadas oposicionistas, o que despertava a atenção de alguns dos opositores exilados, apesar de nunca ter sido diretamente questionado por nenhuma deles.³⁰ Nos seus relatórios, assinados com a alcunha de “Pedro da Silveira”, oferecia diversas informações acerca de reuniões e contactos realizados pelos diversos grupos exilados, nomeadamente aqueles vinculados ao General Humberto Delgado e ao Capitão Henrique Galvão. Como no caso de outros informantes, a descrição das atividades é rica em pormenores e tende a acentuar a situação de eminente perigo ao qual está permanentemente exposto e a elevada perigosidade para o Estado Português da ação desenvolvida pela oposição no estrangeiro.

Malgrado a forte vigilância do Estado brasileiro, a oposição portuguesa conseguia ainda encabeçar algumas ações e, sobretudo, fazer publicar seus protestos. Um exemplo é o número especial da *Revista Paz e Terra*, de dezembro de 1969, já em pleno vigor do AI5, completamente dedicada aos depoimentos da oposição e ao anticolonialismo. O seu último artigo, “O Desaparecimento de Salazar – pela Destruição do Estado Fascista Português”, reproduz um documento das organizações democráticas portuguesas no Brasil em que se apela para o fim do fascismo em Portugal. Esse documento é assinado por uma grande maioria de comunistas, mas também por outros nomes, como o de Oliveira Pio e de Pedrosa Marques, exilado da Revolta de Beja. Contraditoriamente, a repressão do governo brasileiro favorecia a união dos exilados portugueses.

4 A DIFÍCIL TAREFA DA OPOSIÇÃO EXILADA: COMBATER O FASCISMO E MANTER AS REGRAS DEMOCRÁTICAS

As divergências são próprias de um sistema democrático, mas sua exacerbação tornam-nas perigosas para uma oposição que luta contra um regime fascista, onde o primado do mando elimina as dissidências internas. No caso dos oposicionistas portugueses exilados, a busca por uma hegemonia política acabou por gerar a perda total da coesão do movimento, restrita somente aos elementos comunistas, um grupo por excelência centralizador e coeso.

Deixar a revolução “cair ou não na rua”, seguir os parâmetros impostos pelos antigos partidos, optar ou não pela ameaça da “guerra civil”, agir ou não no terreno ou a partir do exílio são “opções” politicamente determinadas e que marcam as cisões entre os grupos de revolucionários. Na verdade, a intervenção armada, destinada a “reconduzir a sociedade” à sua normalidade, entendida como regime constitucional, está fortemente influenciada pela própria noção de Estado defendida pelos opositores. Ou seja, quem participará e comporá o futuro regime é uma questão que influencia a forma pela qual se escolhe ou não os “parceiros” revolucionários. Como formar o legislativo e qual o carácter do executivo são pontos que definem

outros, como a atividade partidária nas conspirações, ou ainda, a adoção ou não do modelo “parlamentarista” para o novo Estado. As decisões então deveriam envolver o consenso e a participação de todos os grupos políticos oposicionistas no exílio. E, para o caso de se pensar um Estado presidencialista, que parece ser a opção de Humberto Delgado, caberia ao potencial Chefe de Estado, ou seja, ao “Presidente” unicamente, as decisões quanto às formas de combate ao poder estabelecido em Lisboa.

Para além das preocupações com a continuidade da sua luta política, o emigrado/exilado precisa sobreviver no país de acolhimento. Como qualquer outro emigrante, precisa ter sua situação no país regularizada, o que pode demandar tempo e “boa vontade” das autoridades locais. A obtenção de documentação legal pode ser um drama para alguns dos exilados, já que somente com o registo consular ele pode obter os papéis necessários para regularizar sua permanência no país acolhedor e revalidar seu passaporte, caso queira deslocar-se para outra região. Em alguns casos, o governo local pode facilitar-lhes a estada, como ocorreu com o grupo do Santa Maria, ao qual foi facultado de imediato a “carteira modelo 19”, destinada aos estrangeiros com residência fixa no Brasil (PAULO, H., 2011).

Um outro problema é o da sobrevivência e, tal como qualquer emigrante, o exilado / emigrado político/deportado deve estar disposto a exercer todo tipo de trabalho, independente da sua formação. Alguns dos exilados em questão, na sua maioria militares, exerciam cargos em empresas particulares, como Sarmiento Pimentel, funcionário durante muitos anos numa empresa de vidros em São Gonçalo, Rio de Janeiro, a COVIBRA, ou Fernando Queiroga, exilado da Revolta da Mealhada, que sobreviveu com pequenos negócios, como uma fábrica de botões.

Mas, ao contrário do emigrante comum, restrito ao universo da colônia de emigração, o posicionamento político do exilado/emigrado permite-lhe o estabelecimento de vínculos com os dirigentes partidários do país receptor que possuam credos políticos e ideológicos semelhantes. Daí os apoios obtidos, malgrado a constante vigilância das autoridades locais.

Apesar dessa maior proximidade entre a sociedade local e a colônia de emigrados/exilados, a permanência no país de acolhimento nem sempre é vista por este como uma realidade “permanente”. Na verdade, para além da sobrevivência na sociedade de acolhimento, o emigrado/exilado tem como outro objetivo prioritário a continuidade da luta política que o levou a se afastar de seu país de origem. E, diferente de muitos emigrantes, suas malas estão sempre prontas para o retorno, assim que um golpe revolucionário traga de volta para o seu país a democracia pela qual combatera no exílio.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

A bibliografia sobre o exílio português ainda é incipiente, havendo poucas publicações dedicadas ao tema. Para o caso brasileiro, há que se destacar o trabalho de Douglas Mansur Silva, sobre o periódico *Portugal Democrático*, e os artigos de Heloisa Paulo. Nesse campo, até mesmo as biografias a respeito dos exilados são limitadas. Algumas delas, como a obra de Frederico Delgado Rosa sobre Humberto Delgado, contendo sempre informações retiradas do contexto e partes de uma documentação previamente selecionada, refletem mais uma visão bem suave e familiar do neto sobre a trajetória do avô, do que, propriamente, uma obra de historiador.

ANA, Marcos. *Decidme cómo es un árbol. Memoria de la prisión y la vida*. Barcelona: Umbriel. 2007

CARVALHAL, Luís Abreu de Almeida. *A verdade sobre Humberto Delgado no Brasil. Cartas inéditas, notas e comentários*. Rio de Janeiro: Brasil-América, 1986.

CORREA, Larissa Rosa. “O Departamento Estadual de Ordem Política e Social em São Paulo: as atividades da Política Política e a intrincada organização do seu acervo”, in: *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.º 33, 2008. Disponível em:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia04/>

DELGADO, Iva; FIGUEIREDO, António. *Memórias de Humberto Delgado*. Lisboa: D.Quixote, 1991.

DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos (Comp.). *Humberto Delgado: a tirania portuguesa*. Lisboa: D. Quixote, 1995.

FARINHA, Luís. *O Revirvalho. Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*. Lisboa: Estampa, 1998.

MARQUES, A. H. O. (Org.). *O general Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura, 1926-1931*. Lisboa: D. Quixote, 1975

_____. *A Liga de Paris e a ditadura militar (1927/1928)*, Lisboa: Europa-América, 1976.

_____. *A unidade da oposição à ditadura (1928-1931)*. Lisboa: Europa-América, 1973.

PAULO, H “O jornalismo como alternativa. Os exilados e a sua colaboração nos jornais brasileiros”, in. *Estudos do Século XX*. n.º7. Coimbra: Imprensa da Universidade/CEIS20, 2007, p.61-76.

_____. “O exílio português no Brasil: Os ‘Budás’ e a oposição antisalazarista”, in: Portuguese migrations in comparison: historical patterns and transnational communities”. *Portuguese Studies Review*. Trent University. Peterborough: Ontario, Vol. 14, No. 2, , p. 125-142, junho, 2009.

_____. “Republicanism e a oposição exilada. Combates e crises”. *Estudos do século XX*. n.º 10. Coimbra: Imprensa da Universidade/CEIS 20, p. 421-436, 2010.

_____. 1961: o assalto do Santa Maria e o desmoronar do regime salazarista em Portugal. *História Revista*, v. 16, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/14704>.

_____. Mito e história, as oposições na historiografia portuguesa. In: RIBEIRO, M. M. Tavares (Org.). *Outros combates pela história*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010. p. 167-174.

_____. Um olhar sobre a oposição e o exílio no Portugal de Salazar. 1949-1969. In: _____. (Coord.). *Memórias das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva, 2010. p.183-193.

_____. ‘Aqui também é Portugal’. *A colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto. 2000.

_____. “Exilados Republicanos: os grandes esquecidos”, in: PEIXINHO, Ana T.; SANTOS, Clara A. *1910.2010. Comunicação e educação republicanas*. Coimbra: IUC. 2011. Disponível em: http://www.uc.pt/imprensa_uc/catalogo/ebook/ebook1910

50 PAULO, Heloisa. O exílio português no brasil nas décadas...

ROSA, Frederico Delgado. *Humberto Delgado, biografia do general sem medo*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

SILVA, D.M. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro (1956-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

TENGARRINHA, J. Os republicanos na resistência à ditadura e ao Estado Novo. In: REIS, António (Coord.). *A República ontem e hoje*. Lisboa: Colibri/Fundação Mário Soares, 2002, p.129-144.